

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017



UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>40.134.521</b>	<b>37.235.110</b>
Disponível		262.148	786.564
<b>Realizável</b>		<b>39.872.373</b>	<b>36.448.546</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>11.326.980</b>	<b>14.371.378</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5	11.192.842	10.139.597
Aplicações Livres		134.138	4.231.781
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>23.789.906</b>	<b>17.933.672</b>
Contraprestações Pecuniárias a Receber		23.342.507	17.616.018
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		447.399	317.654
<b>Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>	6	<b>3.079.984</b>	<b>2.332.076</b>
Créditos Tributários e Previdenciários		248.330	458.264
Bens e Títulos a Receber		1.427.113	1.336.655
Conta Corrente com Cooperados		60	16.500
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.208.490</b>	<b>3.825.253</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.707.406</b>	<b>1.184.099</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais		620.240	158.593
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		1.087.166	1.025.506
<b>Investimentos</b>		<b>806.982</b>	<b>700.969</b>
Outros Investimentos	7	806.982	700.969
<b>Imobilizado</b>	8	<b>4.615.318</b>	<b>1.819.328</b>
Imóveis de Uso Próprio		536.924	576.168
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.188.650	1.243.160
Imobilizados de Uso Próprio		1.188.650	1.243.160
Imobilizações em Curso		2.889.744	-
<b>Intangível</b>	10	<b>78.783</b>	<b>120.857</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>47.343.011</b>	<b>41.060.364</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO	Nota	2018	2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>27.947.187</b>	<b>21.158.102</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>16.495.494</b>	<b>14.377.182</b>
Provisões de Prêmios/Contraprestações		4.438.041	3.893.982
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		4.421.654	3.866.103
Provisão para Remissão	12	16.386	27.879
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		1.182.431	1.284.222
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		3.432.861	2.867.013
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12	7.442.161	6.331.966
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>120.449</b>	<b>95.948</b>
Contraprestações/Prêmios a Restituir		-	1.026
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		114.364	94.921
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		6.085	-
<b>Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora</b>		<b>2.429.450</b>	<b>1.826.214</b>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		830.501	708.093
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	11	5.778.520	2.167.667
Débitos Diversos		2.237.497	1.876.770
Conta-Corrente de Cooperados		55.275	106.229
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.851.223</b>	<b>2.977.079</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>19.139</b>	<b>25.094</b>
Provisão para Remissão		19.139	25.094
<b>Provisões</b>		<b>1.757.084</b>	<b>1.050.822</b>
Provisões para Ações Judiciais		1.757.084	1.050.822
<b>Empréstimos e Financiamentos a Pagar</b>		<b>-</b>	<b>1.885.163</b>
<b>Débitos Diversos</b>		<b>1.075.000</b>	<b>16.000</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.544.601</b>	<b>16.925.183</b>
<b>Capital Social</b>	13	<b>3.943.259</b>	<b>3.674.198</b>
<b>Reservas</b>		<b>12.145.971</b>	<b>9.957.784</b>
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		3.305.045	1.003.500
Reservas de Sobras	14	8.840.926	8.954.284
<b>Resultado - Cooperativas</b>		<b>455.371</b>	<b>3.293.200</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>47.343.011</b>	<b>41.060.364</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(VALORES EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	2018	2017
<b>Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>123.692.295</b>	<b>146.425.481</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>124.706.254</b>	<b>147.467.516</b>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	117.854.016	140.929.129
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	31.901	36.663
Receita com Administração	6.820.336	6.501.723
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(1.013.959)	(1.042.035)
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>105.871.941</b>	<b>130.243.537</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	104.761.746	129.287.275
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	1.110.195	956.261
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>17.820.353</b>	<b>16.181.944</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	562.919	710.109
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.341.392	2.434.004
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	1.183.913	1.025.723
Outras Receitas Operacionais	157.479	1.408.281
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(11.189,16)	(3.826,85)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde da Operadora	3.082.865	2.086.623
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	2.402.209	1.611.590
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	424.791	309.675
Provisão para Perdas Sobre Créditos	255.865	165.368
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	1.993.064	1.704.027
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>14.637.546</b>	<b>15.531.581</b>
Despesas de Comercialização	1.404.208	916.699
Despesas Administrativas	14.242.267	12.329.808
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.375.659</b>	<b>1.453.600</b>
Receitas Financeiras	2.802.131	3.023.750
Despesas Financeiras	1.426.472	1.570.150
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>169.001</b>	<b>135.680</b>
Receitas Patrimoniais	169.001	135.680
<b>SOBRAS/(PERDAS) LÍQUIDAS</b>	<b>535.730</b>	<b>3.874.353</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
MÉTODO DIRETO  
(VALORES EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(3.734.843)</b>	<b>7.298.916</b>
Recebimentos de Plano Saúde (+)	158.229.462	148.528.581
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	88.340.935	83.007.395
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	951.321	1.598.567
Outros Recebimentos Operacionais (+)	27.525.396	22.598.928
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	157.169.941	130.705.630
Pagamentos de Comissões (-)	1.326.460	864.867
Pagamentos de Pessoal (-)	4.475.406	3.976.510
Pagamentos de Pró-Labore (-)	1.451.559	1.368.844
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	952.978	930.623
Pagamentos de Tributos (-)	8.762.726	8.577.207
Pagamentos de Contingências (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	479.900	112.659
Pagamentos de Aluguel (-)	176.687	170.030
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	379.458	344.082
Aplicações Financeiras (-)	84.581.292	85.445.125
Outros Pagamentos Operacionais (-)	19.025.549	15.938.979
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.137.264)</b>	<b>(259.501)</b>
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar (+)	-	45.588
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	1.137.264	280.011
Pagamento Relativo ao Ativo Intangível (-)	-	24.854
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)	-	225
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.303.292</b>	<b>(3.861.811)</b>
Integralização Capital em Dinheiro (+)	378.700	311.900
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	6.434.995	-
Pagamentos de Juros e Encargos sobre Emprést./Financiam./Leasing (-)	1.012.467	1.110.053
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	4.497.936	3.063.658
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>(3.568.815)</b>	<b>3.177.603</b>
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalentes de caixa	15.157.943	11.980.339
(=) Saldo Final de Caixa e equivalentes de caixa	11.589.128	15.157.943
<b>(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.568.815)</b>	<b>3.177.603</b>
Altos Livres no Início do Período (*)	4.231.781	46.692
Altos Livres no Final do Período (*)	134.138	4.231.781
<b>Aumento/(Diminuição) nas Aplíc. Financ. - Recursos Livres</b>	<b>(4.097.643)</b>	<b>4.185.089</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(\*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Déposito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate

UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(VALORES EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL A INTEGRALIZAR	FUNDO DE RESERVA	FATES	FUNDO MARGEM DE SOLVÊNCIA	FAM	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>3.985.147</b>	<b>(554.000)</b>	<b>4.370.589</b>	<b>248.984</b>	<b>91.500</b>	-	<b>4.002.543</b>	<b>12.144.761</b>
Capital Social	250.000	-	-	-	-	-	-	250.000
Capital a Integralizar	-	61.900	-	-	-	-	-	61.900
Devolução de Capital Social	(68.848)	-	-	-	-	-	-	(68.848)
Utilização do FATES	-	-	-	(248.984)	-	-	-	(248.984)
Fundo Margem de Solvência	-	-	-	-	912.000	-	-	912.000
Fundo de Reserva	-	-	4.002.542	-	-	-	(4.002.542)	-
Sobras do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.874.353	3.874.353
Fundo de Reserva - 10%	-	-	387.435	-	-	-	(387.435)	-
F.A.T.E.S - 5%	-	-	-	193.718	-	-	(193.718)	-
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>4.166.299</b>	<b>(492.100)</b>	<b>8.760.566</b>	<b>193.718</b>	<b>1.003.500</b>	-	<b>3.293.201</b>	<b>16.925.183</b>
Capital Social	419.315	-	-	-	-	-	-	419.315
Capital a Integralizar	-	(43.800)	-	-	-	-	-	(43.800)
Devolução de Capital Social	(106.455)	-	-	-	-	-	-	(106.455)
Utilização do FATES	-	-	-	(193.718)	-	-	-	(193.718)
Correção Fundo Margem de Solvência	-	-	-	-	33.736	-	-	33.736
Destinações p/ Fundo Margem de Solvência	-	-	-	-	3.293.201	-	(3.293.201)	-
Devolução Fundo Margem de Solvência	-	-	-	-	(1.037.237)	-	-	(1.037.237)
Fundo de Atualização Médica - FAM	-	-	-	-	-	11.845	-	11.845
Sobras do Exercício	-	-	-	-	-	-	535.730	535.730
Fundo de Reserva - 10%	-	-	53.573	-	-	-	(53.573)	-
F.A.T.E.S - 5%	-	-	-	26.787	-	-	(26.787)	-
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>4.479.160</b>	<b>(535.900)</b>	<b>8.814.139</b>	<b>26.787</b>	<b>3.293.200</b>	<b>11.845</b>	<b>455.371</b>	<b>16.544.601</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018

Ilmos. Srs. Conselheiros, Diretores e Associados  
UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração, o qual deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.



Se, quando lermos o Relatório de Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, iremos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nos-so relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 14 de fevereiro de 2019.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS  
CRCMG 6427

MÁRIO ORLANDO BAUER  
Contador Responsável  
CRC RS 017883/O-T MG

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 VALORES EM R\$ 1**

#### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Unimed Ji-Paraná Cooperativa de Trabalho Médico, iniciou suas operações em 28/06/1995, conforme registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 347.507 e tem por objetivos a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços assistenciais médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos bem como operar e comercializar os planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável.

É seu objetivo ainda a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

#### **NOTA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

A Cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada.

#### **NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e no que couber, às normas relativas às sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei nº 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados às Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovadas pela ANS. A entidade também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade. Autorizamos, na data de 14 de fevereiro de 2019, a conclusão e elaboração das demonstrações contábeis.

#### **NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

##### **a) Apuração do resultado**

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata temporis, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

##### **b) Regime de Escrituração**

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

##### **c) Ciclo operacional**

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

##### **d) Aplicações financeiras**

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

##### **e) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos**

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3 da Resolução Normativa nº 418 da ANS e transcritos abaixo:

**10.2.3.1** Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

**10.2.3.2** Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

**10.2.3.3** Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

##### **a) Estoques**

Estão avaliados pelo custo de aquisição através do método de custo médio ponderado.

##### **b) Investimentos**

São representados por participações em sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição. Entendemos que os valores das investidas não necessitam de provisão no encerramento do exercício.

##### **c) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas pela Receita Federal.

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis, o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

A cooperativa utilizou as mesmas taxas de depreciação praticadas no exercício anterior.

##### **d) Ativo Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados pela taxa de amortização estabelecida pela Receita Federal.

A cooperativa utilizou a mesma taxa de amortização praticada no exercício anterior.



#### e) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A PEONA foi calculada de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores. A Provisão para Remissão foi calculada conforme NTAP aprovada em 11 de outubro de 2007. Já a provisão de eventos a liquidar foi calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta, ou ainda da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 209/09 e alterações posteriores.

#### f) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na sua totalidade. A operadora, ao final de cada mês, reconhece os eventos ocorridos e não avisados mediante a constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

#### g) Plano de Contas

O Plano de Contas utilizado pela entidade é o estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

#### h) Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

#### i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados sobre operações com não-cooperados (atos não cooperativos).

#### j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação dos assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito.

#### NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O total de aplicações garantidoras de provisões técnicas é de R\$ 11.192.842 (R\$10.139.597 em 2017), enquanto que o total de aplicações livres é de R\$ 134.138 (R\$ 4.231.781 em 2017).

#### NOTA 6 – OPERAÇÕES NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Registra os direitos a receber e a pagar com outras operadoras pelo atendimento a seus usuários (intercâmbio), tendo como total a receber em 31/12/2018 o saldo de R\$ 3.079.984 (R\$ 2.332.076 em 2017) e a pagar em 31/12/2018 o montante de R\$2.429.450 (R\$ 1.826.213 em 2017).

#### NOTA 7 – INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem participações em outras empresas, notadamente cooperativas, e foram avaliados pelo custo de aquisição. São eles:

Investidas	2018	2017
Federação Unimed N/NE	29.140	29.140
Sicoob UniRondônia	427.194	401.099
Unimed Seguradora	197.743	168.319
Coop. Crédito – Credip	78.184	74.267
Central Nacional Unimed	20.472	18.577
Credisis Ji-Cred	54.248	9.567
<b>Total</b>	<b>806.982</b>	<b>700.969</b>

Itens	Valor Original	Depreciação	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Terrenos	85.617	-	85.617	85.617
Edificações	960.709	(509.403)	451.306	490.551
Edificação – Imóvel em Curso	2.620.000	-	2.620.000	-
Obras em Andamento	269.743	-	269.743	-
Instalações	205.150	(101.134)	104.016	124.531
Máquinas e Equipamentos	1.136.927	(724.728)	412.198	342.469
Equip. de Proces. Eletrônico	1.026.412	(640.760)	385.652	409.813
Móveis e Utensílios	391.525	(275.956)	115.569	118.692
Veículos	614.065	(442.851)	171.214	247.655
<b>Total</b>	<b>7.310.152</b>	<b>(2.694.834)</b>	<b>4.615.318</b>	<b>1.819.328</b>

Descrição	2017	2018		
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas / Transferência	Valor Contábil Líquido
Terrenos	85.617	-	-	85.617
Edificações	490.551	-	(39.244)	451.306
Instalações	124.531	-	(20.515)	104.015
Máquinas e Equipamentos	342.469	156.747	-	499.216
Equip. de Proces. Eletrônico	409.813	41.455	-	451.268
Móveis e Utensílios	118.692	22.878	-	141.570
Veículos	247.655	-	(76.440)	171.215
Imobilizações em Curso	-	2.889.744	-	2.889.744
<b>Total</b>	<b>1.819.328</b>	<b>3.110.824</b>	<b>(314.833)</b>	<b>4.615.318</b>

#### NOTA 8 – IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo imobilizado da entidade estava assim composto.

#### NOTA 9 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução ao valor recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. A CPC em pauta, em conjunto com outras CPC's, determina na essência que todos os ativos são suscetíveis a redução do valor do ativo. Em 31 de dezembro de 2018 realizamos testes em nossos ativos conforme descrito abaixo:

· Caixa e Equivalente de Caixa – Todos os nossos valores estão em instituições financeiras seguras, que não demonstram significativas dificuldades financeiras e nem processos de falência (Resolução CFC 1.196/09 – CPC 38 – pontos 59 “a” e “b”).

· Valores a Receber – As Operações com Planos de Saúde e Assistenciais tiveram testes de redução do valor do ativo seguindo as regras descritas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através da Resolução Normativa nº 418, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3. Os valores relevantes fora do grupo de Operações de Crédito com Planos de Saúde e Assistenciais são, Reembolso de Intercâmbio e Câmara de Compensação. Realizamos testes de redução do valor desses ativos.

· Outros Ativos – Dentro de outros ativos, destacamos como valores relevantes os grupos de Terrenos, Edificações e Veículos. Não realizamos testes de redução do valor recuperável desses ativos, por não detectar indícios de desvalorização.

#### NOTA 10 – INTANGÍVEL

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e controlados pela entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Em 31 de dezembro de 2018 o Ativo Intangível estava assim composto:

Descrição	2018	2017
Licenças de Software	462.099	435.916
Amortização acumulada	(383.316)	(315.059)
<b>Total</b>	<b>78.783</b>	<b>120.857</b>

Instituição	2018	2017	Início	Vencimento	Taxa juros
SicoobUniRondônia	2.793.809	1.790.785	23.11.2016	20.11.2019	1,85% a.m.
Credisis Ji-Cred	479.749	1.038.565	30.09.2016	30.09.2019	1,99% a.m.
Credisis Ji-Cred	502.618	1.223.480	29.07.2016	28.07.2019	1,92% a.m.
Sicoob CREDIP	2.000.000	-	30.11.2018	29.05.2019	1,45% a.m.
Outros	2.343	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.778.519</b>	<b>4.052.830</b>			

Descrição	2018	2017
<b>Sobras do Exercício – DRE</b>	<b>535.730</b>	<b>3.874.353</b>
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei 5.764/71	(0,00)	(0,00)
<b>Sobras e Perdas Líquidas</b>	<b>535.730</b>	<b>3.874.353</b>
Fundo de Reserva – 10%	(53.573)	(387.435)
FATES – 5%	(26.787)	(193.718)
<b>Sobras à disposição da AGO</b>	<b>455.371</b>	<b>3.293.201</b>

#### NOTA 11 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas foram calculadas conforme descrito na nota referente às principais práticas contábeis.

O saldo da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.442.161 (R\$ 6.331.966 em 2017), representando 100% da provisão integral em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

O saldo da provisão para Remissão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 35.526 (R\$ 52.973 em 2017) havendo R\$ 16.386 (R\$ 27.879 em 2017) alocados no passivo circulante e R\$19.139 (R\$ 25.094 em 2017) alocados no passivo não circulante.

#### NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade possuía os seguintes Financiamentos e Empréstimos:

#### NOTA 13 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 194 cooperados (189 cooperados em 2017), atingindo o montante de R\$ 4.479.160 (R\$ 4.166.299 em 2017).

#### NOTA 14 – FATES E FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 26.787 (R\$ 193.718 em 2017). A Reserva Legal é constituída pela destinação de 10% das sobras líquidas do exercício. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.814.139 (R\$8.760.566 em 2017).

#### NOTA 15 – CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

#### NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da operadora, tais como edificações e veículos estão cobertos por seguros em montante considerado adequado pela Administração para a eventual reposição em caso de ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

#### NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

A operadora é ré em 98 processos judiciais sendo 5 classificados como perdas prováveis no valor de R\$ 1.160.660 e outros 93 classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 4.779.612. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade. Há também, provisões contábeis referentes a bloqueios judiciais que não constam no relatório dos Assessores Jurídicos. O montante provisionado corresponde a R\$596.423.

#### NOTA 18 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2018 não foram efetuados lançamentos de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência da Lei 11.638/07 e Lei 11.949/09.

#### NOTA 19 – GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 392 da ANS estabelece a necessidade de garantias financeiras para as provisões efetuadas de acordo com o estabelecido na Resolução Normativa nº 209 da ANS.

A entidade possui em 31 de dezembro de 2018 aplicações garantidoras de provisões técnicas vinculadas no montante de R\$ 11.192.842 (R\$ 10.139.597 em 2017) junto à Caixa Econômica Federal e ao Sicoob UniRondônia.



**NOTA 20 – SEGREGAÇÃO DE EVENTOS**

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está consistente com os valores do grupo 4111.

O quadro abaixo foi preenchido pelos valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações. – Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998:

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	68.228	154.448	17.785	161.034	45.181	15	446.691
Rede Contratada	879.482	649.715	1.191.259	2.416.063	3.834.049	2.941	8.973.509
Reembolso	27.555	0,00	0,00	0,00	224.211	0,00	251.766
Intercâmbio Eventual	314.418	1.520.746	263.853	2.688.587	1.562.639	18.003	6.368.246
<b>Total</b>	<b>1.289.683</b>	<b>2.324.909</b>	<b>1.472.897</b>	<b>5.265.684</b>	<b>5.666.080</b>	<b>20.959</b>	<b>16.040.212</b>

**NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

**NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS**

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A Resolução CFC 1297/10 e o CPC 05, no ponto 20, citam a obrigação de registrar em notas explicativas o montante a pagar e a receber das partes relacionadas. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos.

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de pagamento de serviços prestados e fornecimentos de serviços. Os valores e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com os usufruídos pelos demais cooperados da nossa operadora.

Os demais valores praticados com as partes relacionadas se restringem a cédulas de presença e a valores de honorários aprovados em Assembleia não se tratando de valores relevantes para a entidade.

**NOTA 23 – MARGEM DE SOLVÊNCIA**

A entidade apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012. A operadora requereu junto à ANS a aprovação do percentual de inadimplência utilizado sobre as contraprestações e os eventos dos planos com preço pós-estabelecido para cálculo da margem de solvência. A agência concedeu em 27 de janeiro de 2017, através do ofício nº 94/2017/GGAME(COATU)/DIOPE/ANS a autorização para redução do percentual ponderador de 50% para 10%.

**NOTA 24 – FUNDO MARGEM DE SOLVÊNCIA**

Em virtude da exigência da Margem de Solvência prevista na Resolução Normativa nº 209 da ANS e alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012, a entidade decidiu pela constituição do Fundo Margem de Solvência, que tem como objetivo a capitalização de recursos para adimplemento desta obrigação para o ano de 2022.

O fundo foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2016. O saldo do Fundo Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.293.200 (R\$ 1.003.500 em 2017).

**NOTA 25 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC**

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela Resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

**NOTA 26 – COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017)**

Adoção da RN 430/2017:

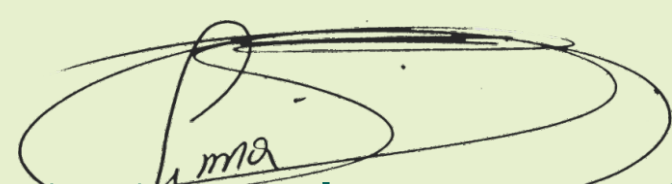
Conforme requerido pela RN 430, de 07 de dezembro de 2017, esta Unimed adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018 e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram da seguinte maneira:

Como Unimed Prestadora: Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento por esta Unimed, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS e as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”, grupo 311112 do Plano de Contas da ANS.

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430, no ano de 2018, foram efetivados no mês de dezembro de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, foi no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112 conforme normativa vigente. O total contabilizado como prestadora no ano de 2018 foi de R\$ 22.463.308.

Como Unimed Origem: Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários desta Unimed em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”, Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS. O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos, ocorreram no exercício de 2018, para atender o disposto a RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. O reconhecimento da corresponsabilidade transferida foi aplicado aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual. O total contabilizado como origem no ano de 2018 foi de R\$ 60.420.635. Os saldos contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Ji-Paraná – RO, 31 de dezembro de 2018.



**Cristiano de Souza Lima**  
Contador Responsável  
CRC-RO 8568/O-4



**Alcílio José de Souza Filho**  
Diretor Presidente  
CPF: 207.448.200-06